

Relatório sobre a situação dos Defensores de Direitos Humanos Alexandre Anderson de Souza e Dayse Menezes, da AHOMAR, Magé, Rio de Janeiro

Autor: Equipe da Justiça Global

Segunda-feira, 23 de Julho de 2012: Uma das lideranças fundadoras da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) relatou que recebeu visita em sua casa de um escrivão da 65ª Delegacia de Polícia/Magé, Segundo a liderança, o escrivão, que é seu conhecido, informou que ele deveria se afastar do defensor Alexandre Anderson, pois um atentado contra a sua vida era iminente e seria realizado pelos próprios policiais responsáveis pela sua escolta.

Quinta-feira, 26 de Julho: As 23:40, tiros foram disparados em frente à casa dos Defensores Alexandre Anderson de Souza e Dayse Menezes, na localidade de Praia de Mauá, distrito de Magé. Houve revide por parte dos policiais da escolta contra o veículo que passou atirando. O ocorrido foi comunicado à equipe técnica estadual do PPDDH no dia seguinte pela manhã. Mediante ao acontecido, foi solicitado via radio pelos policiais da escolta um reforço policial que, no entanto, nunca chegou.

Domingo, 29 de Julho: A defensora Dayse Menezes recebeu de uma amiga a informação de que um churrasco em um bar na região do Ipiranga, Magé, organizado por milicianos e policiais militares teria contado com a participação de policiais que integram a escolta que é fornecida a ela e ao Alexandre Anderson. A informação era de que durante este evento foi dito que os “nomes da lista”, em referencia a lista de pessoas ameaças de morte em Magé, começariam a ser executados. O nome de Alexandre Anderson seria o primeiro.

Quarta-feira, 01 de Agosto: No dia primeiro de agosto, dia da audiência pública sobre a pesca no Rio de Janeiro, realizada na Câmara dos Vereadores da cidade, a saída dos defensores Alexandre Anderson e Dayse Menezes de Magé foi atrasada pelos policiais da sua escolta, que alegavam não ter autorização do Comando do 34º Batalhão da Polícia Militar para a saída. A escolta havia sido solicitada pela Subsecretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado dentro do prazo definido. Solucionada a questão e chegando ao Rio de Janeiro os policiais da escolta desapareceram e só voltaram no final das atividades, deixando os defensores desprotegidos durante todo o tempo em que estiveram no centro do Rio.

No mesmo dia, durante a viagem de volta à Magé na viatura da PM, os defensores Alexandre Anderson e Dayse Menezes, acompanhados de mais uma liderança da AHOMAR faziam comentários sobre as atividades realizadas quando perceberam que a conversa estava sendo gravada por um dos policiais da escolta. Durante a conversa foram feitas críticas ao 34º Batalhão e à Petrobras. A gravação foi enviada por mensagem para outros policiais do mesmo batalhão.

Ainda no final da noite do dia 1º, o Defensor Alexandre Anderson foi informado pelos policiais que estavam de serviço na sua escolta que eles seriam substituídos e não mais fariam sua proteção a partir daquele momento. Sem qualquer explicação, o comando do 34º Batalhão transferiu estes policiais para outros setores. Em substituição vieram policiais de outros setores, sem qualquer critério, não familiarizados com os defensores e com o tipo de serviço de proteção à defensores.

Quinta-feira, 02 de Agosto: As três guarnições de policiais do 34º Batalhão da Polícia Militar/4º Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) Suruí, um dos setores responsáveis pela escolta dos defensores, foram trocadas sem nenhuma explicação. Em substituição foram destacados novos policiais também sem familiaridade com os defensores, sem treinamento de proteção à defensores e agora

também com antecedentes criminais - um destes havia sido detido no Batalhão Especial Prisional da PM (BEPE).

Tarde: Na residência de um dos diretores da AHOMAR, próxima à residência dos defensores Alexandre Anderson e Dayse Menezes, houve uma reunião, das lideranças e diretores da associação, de confraternização e avaliação do ato político do dia 1º de agosto. Durante esse período a viatura da escolta ficou distante do local da reunião e os policiais abordaram as pessoas que chegavam ou saíam do local dizendo o seguinte: “O Alexandre já está morto, se você continuar no grupo, será o próximo. Saia fora disso.” Ambos os policiais eram desconhecidos do defensor, sendo que um deles foi identificado posteriormente como sendo um policial que realizava trabalhos internos no 34º batalhão (SAE/P2).

Noite: Defensor recebe uma ligação informando que os dois últimos policiais que receberam capacitação para a proteção de defensores estavam sendo transferidos sem justificativa do 34º Batalhão. Esses dois policiais foram os mesmos que repeliram e impediram o ataque ocorrido no dia 26 de julho, já descrito neste relatório.

Sexta-feira, 03 de agosto: O defensor Alexandre Anderson acorda com um telefonema de policiais que já participaram da escolta antes, informando que deveria sair imediatamente do município, pois um dos motivos das transferências de policiais do 34º Batalhão era facilitar um ataque contra sua vida. Em seguida, o defensor Alexandre Anderson recebe outro telefonema de outro grupo de policiais também anteriormente responsáveis pela escolta alertando para a necessidade de saída imediata dos defensores de Magé. No início da tarde do dia 03 a escolta dos defensores foi realizada por um policial expulso do BOPE e que responde inquérito por homicídio e por um policial recém saído do BEPE acusado por estupro (informações prestadas por outros PM's).

Na tarde do dia 03 foi decidida e realizada a saída dos defensores Alexandre Anderson e Dayse Menezes, seus filhos e neto de Magé para outro local em segurança. Ao serem avisados sobre a saída os policiais que faziam a escolta naquele momento disseram: “Já vai tarde. Se manda mesmo porque ta ruim pra você aqui em Magé”. O diálogo foi escutado por um membro da equipe técnica estadual do PPDDH.

Outras lideranças da AHOMAR que também receberam ameaças, deixaram Magé neste mesmo dia.

Sábado, 04 de agosto: Informações vindas de Magé davam conta de que na mudança dos policiais da escolta, os novos policiais eram citados nos autos como participantes dos homicídios dos fundadores da AHOMAR Paulo Cesar e Marcio Amaro, sendo que um dos policiais é chefe da segurança clandestina do canteiro de obras da GDK/Petrobras em Praia de Mauá, local da sede da AHOMAR e palco dos conflitos.

segunda-feira, 06 de Agosto: O defensor Alexandre Anderson participa de Audiência Pública sobre o COMPERJ convocada pelo Ministério Público Federal. O defensor representou os pescadores da Baía de Guanabara em mesa que estavam representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, ICMBio, Petrobras e Inea. A mesa tratou dos impactos socioambientais causados pelo COMPERJ.

Segunda-feira, 13 de agosto: A noite, por volta das 20h, uma das lideranças da AHOMAR que vinha recebendo ameaças por telefone e presenciais, teve a casa invadida por dois homens que saíram de um

carro de cor preta. A liderança presenciou o ocorrido, pois estava próxima a sua casa. O carro estacionou em frente a casa da liderança e dois homens saíram, deixando apenas o motorista no carro. Os dois homens forçaram a porta da casa para entrar mas não tiveram êxito. Marcas da tentativa de arrombamento foram deixadas na porta.

Terça feira, 14 de agosto: Os filhos e neto dos defensores retornam à Magé, contra a vontade dos defensores, sem quaisquer proteção ou escolta, somente acompanhados por um integrante da equipe técnica do PPDDH.

sexta-feira, 17 de agosto: As 11:30 os defensores Alexandre Anderson e Dayse Menezes foram chamados por um membro da equipe técnica estadual do PPDDH e receberam a determinação de que teriam 30 minutos para deixar o hotel que estavam pois seriam deslocados para um outro hotel. O novo hotel já era conhecido pelos defensores, que argumentaram que o mesmo era de péssima qualidade, pois não dispunha de nenhum tipo de segurança (não possuía portaria, seguranças ou sistema de vigilância), oferecendo mais risco aos defensores. O motivo alegado, segundo o membro da equipe técnica estadual do PPDDH, seria a falta de recursos para o pagamento das diárias tendo em vista a manutenção dos defensores no primeiro hotel e que a única opção seria a transferência para o hotel precário, pois este oferecia a opção de pagamento em fatura em quinze dias.

Os defensores fizeram contato imediato com a SDH/PR, com a Justiça Global, com o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado e outras entidades que acompanham o caso AHOMAR para informar sobre o ocorrido. Após a interferência destas entidades a favor dos defensores, foi revisto o posicionamento da ONG Projeto Legal, responsável pela equipe técnica estadual do PPDDH até a data de hoje.